



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

TÉCNICO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL – FINANÇAS PÚBLICAS, SIAFEM E SIAFISICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de números **01 a 04**.

A exposição a neonicotinoides e organofosfatos – grupo de pesticidas mais usados nas lavouras do mundo – embaralha os circuitos cerebrais das abelhas melíferas e compromete a memória e a capacidade de navegação dos insetos, recursos essenciais para encontrar comida. O estudo realizado pela Universidade de Dundee, no Reino Unido, e publicado na revista *Nature Communications*, ressalta que o uso de defensivos na agricultura tem efeitos devastadores na sobrevivência das colônias já sentidos por produtores de mel na Europa. Mais importantes polinizadores de plantas – representam 80% dos insetos –, as abelhas são imprescindíveis na natureza.

(Revista *Terra da Gente*, ano 10, número 110, junho de 2013)

01. Mais importantes polinizadores de plantas – representam 80% dos insetos –, as abelhas são **imprescindíveis** na natureza.

Dentre as palavras a seguir, a que apresenta o mesmo significado que a destacada no trecho do texto é:

- (A) indescritíveis
- (B) infalíveis
- (C) indispensáveis
- (D) imprestáveis
- (E) indestrutíveis

02. Segundo o texto, o problema causado às abelhas pelos pesticidas mencionados é que estes

- (A) as fazem produzir mel em excesso.
- (B) afetam sua capacidade de orientação e memória.
- (C) eliminam sua capacidade de navegação.
- (D) aceleram sua atuação no processo de polinização.
- (E) retardam sua capacidade de defesa da agricultura.

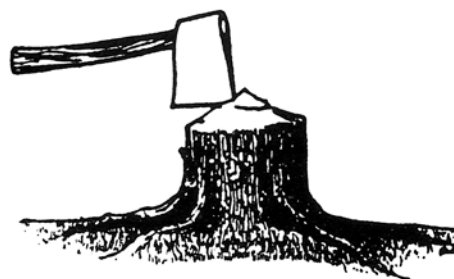
03. A consequência sofrida pelas abelhas, resultante do efeito dos pesticidas, é

- (A) o aumento de sua agressividade e de ataques à lavoura.
- (B) a alta resistência que acabam por desenvolver.
- (C) a queda em sua capacidade de achar alimentos.
- (D) a construção de novas colmeias em excesso.
- (E) a sua reprodução desordenada.

04. Como decorrência do problema da exposição das abelhas aos pesticidas, produtores de mel, na Europa,

- (A) estão preocupados com a baixa polinização.
- (B) estão se organizando na luta contra pesticidas.
- (C) passaram a colaborar com uma defesa mais saudável das lavouras.
- (D) sentiram uma diminuição na quantidade de suas colônias.
- (E) encomendaram vários estudos sobre apicultura às universidades.

Para responder às questões de números **05 a 07**, baseie-se no cartum a seguir.



(Flávio-Villaça, Zé e Oscar Rubens.in FARACO, C. *Trabalhando com narrativa*. Editora Ática: São Paulo. 1992)

05. A imagem informa que

- (A) pássaros fazem seus ninhos.
- (B) lenhadores estão em horário de descanso.
- (C) a área retratada é de reflorestamento.
- (D) a copa das árvores é pouco densa na região retratada.
- (E) uma árvore foi cortada e pássaros ficaram sem abrigo.

06. O cartum traz uma crítica ao demonstrar

- (A) a força da natureza na luta por sobrevivência.
- (B) o perigo à escassez de alimentos, resultante da ação dos pássaros.
- (C) a reprodução ativa dos pássaros, mesmo em situação adversa.
- (D) o desequilíbrio ambiental causado por ações de desmatamento.
- (E) a falta de leis para o corte de árvores.

07. O símbolo visual que informa a consequência negativa e imediata após o corte da árvore é
- (A) a reconstituição da forma da copa da árvore pelo voo dos pássaros.
 - (B) a posição do machado horizontalmente encravado no toco restante.
 - (C) o vazio que se encontra entre a raiz e os pássaros.
 - (D) o desenho do toco restante, em forma de pino.
 - (E) a quantidade de pássaros pequenos incluídos na imagem.

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 08 a 15.

Da raiz à copa do verde paulistano

Quantas árvores há em São Paulo? É provável que você não saiba. Nem o poder público da cidade de 459 anos. O prefeito Fernando Haddad se comprometeu a resolver o mistério: anunciou há uma semana que fará, em dois anos, o inédito censo do verde paulistano.

Em 2010, o então prefeito, Gilberto Kassab, deu início ao projeto Identidade Verde, que também levantaria o total de árvores; cerca de 17% da meta passou por mapeamento.

A Embrapa, que se reuniu com a prefeitura nesta semana, deverá usar imagens de satélite, compradas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), para responder ao enigma de quantas árvores há nas vias públicas.

Para medir a saúde das plantas, porém, uma amostra deverá ser vistoriada pessoalmente, ainda com o uso do Sisgau, programa do IPT criado na gestão passada, exclusivo da prefeitura.

Com o Sisgau, a avaliação inclui a idade e a saúde da árvore e a qualidade das podas. Mas ele está ultrapassado – não mapeia, por exemplo, as árvores que caem. Entretanto, o IPT já bolou um programa mais avançado, o Arbur. “É uma tecnologia mais avançada, que registra a queda de árvores”, diz Sérgio Brazolin, também do IPT. Afinal, queda de árvores é questão essencial para o verde em grandes cidades, dizem especialistas. “O problema não é só saber quantas árvores temos, mas como elas estão e como podemos cuidar delas”, diz o ambientalista Ricardo Cardim, da associação Amigos das Árvores.

(Chico Felitti. *Da raiz à copa do verde paulistano*. Revista São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 14 a 20 de abril de 2013. Adaptado)

08. Neste período adaptado do texto – A prefeitura deverá usar imagens de satélite para responder ao enigma de quantas árvores há nas vias públicas; **porém**, para medir a saúde das plantas, uma amostra deverá ser vistoriada pessoalmente – a palavra destacada relaciona duas informações, expressando a noção de
- (A) alternância, pois ora satélites, ora pessoas irão determinar a quantidade de árvores na cidade.
 - (B) explicação, pois há o esclarecimento de que a vistoria das árvores não é apurada quando feita por pessoas.
 - (C) conclusão, pois fica definido que os satélites são mais eficientes que as pessoas nessa tarefa.
 - (D) condição, pois traz a previsão de que, caso satélites não possam realizar a contagem das árvores, seres humanos a realizarão.
 - (E) compensação, pois inclui pessoas – substituídas por satélites na contagem – na etapa de avaliação da saúde das árvores.

09. Em relação ao trecho – Em 2010, o então prefeito, Gilberto Kassab, deu início ao projeto Identidade Verde – entende-se que Kassab

- (A) assumira a prefeitura repentinamente.
- (B) era o prefeito naquele momento.
- (C) elegeu-se novamente.
- (D) governava interinamente.
- (E) atuava provisoriamente.

10. A Embrapa, que se reuniu com a prefeitura nesta semana, deverá usar imagens de satélite, compradas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), para responder ao enigma de quantas árvores há nas vias públicas.

A expressão destacada no trecho será substituída por outra, contendo crase, se a palavra – enigma – for substituída pela palavra

- (A) questão
- (B) problema
- (C) questionamento
- (D) mistério
- (E) censo

11. No título da reportagem – *Da raiz à copa do verde paulistano* – a expressão em negrito – **à** – pode ser substituída, sem perda de significado, pela expressão:

- (A) na
- (B) a
- (C) sob a
- (D) sobre a
- (E) até a

12. Leia o trecho adaptado do texto.

Quantas árvores _____ em São Paulo? É provável que você não saiba. Nem o poder público da cidade de 459 anos. O prefeito Fernando Haddad e sua equipe se _____ a resolver o mistério: anunciaram _____ duas semanas que realizarão, em dois anos, o inédito censo do verde paulistano.

Assinale a alternativa cujos termos preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do trecho adaptado.

- (A) existe ... comprometeu ... têm
- (B) hajam ... comprometeram ... fazem
- (C) existem ... comprometeram ... faz
- (D) existem ... comprometerão ... fazem
- (E) hajam ... comprometeram ... tem

13. Assinale a alternativa correta quanto à concordância e à pontuação de frase adaptada do texto, de acordo com norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O Sisgau e o Arbur não resolvem os problemas das árvores: é preciso conhecê-las e cuidar delas.
- (B) O Sisgau é programa que avalia a idade a saúde a qualidade das poda e as queda das árvores.
- (C) As árvores que cai por exemplo não é mapeada pelo Sisgau.
- (D) O Sisgau está ultrapassado: não mapeia as árvores que cai por exemplo.
- (E) Quedas de árvores são questão, essenciais em grandes cidades, para o verde.

14. Na frase adaptada do texto – O prefeito Fernando Haddad se comprometeu _____ resolução do mistério – a expressão que preenche a lacuna, corretamente e de acordo com o contexto, é:

- (A) na
- (B) da
- (C) à
- (D) sob a
- (E) com a

15. Leia o trecho adaptado do texto.

Informações sobre as plantas serão obtidas com a utilização dos programas Sisgau e Arbur, inclusive por meio da visita de pessoas envolvidas em medir-**lhes** as condições. O pronome pessoal destacado refere-se à palavra

- (A) condições.
- (B) programas.
- (C) plantas.
- (D) pessoas.
- (E) informações.

Leia o poema a seguir para responder às questões de números 16 a 20.

1 Passou-se setembro
2 outubro e novembro
3 estamos em dezembro
4 meu Deus que é de nós?
5 assim diz o roceiro
6 do seco Nordeste
7 com medo da peste
8 e da fome feroz

9 Meu Deus é castigo
10 não chove mais não

11 assim diz o velho
12 sigo noutra trilha
13 convida a família
14 e começa a dizer:
15 eu vendo o burro
16 o jumento e o cavalo
17 nós vamos a São Paulo
18 viver ou morrer

19 chegaram em São Paulo
20 sem cobre e quebrado
21 o pobre acanhado
22 procura um patrão
23 só vê cara feia
24 de uma estranha gente
25 tudo é diferente
26 do caro torrão

(Patativa do Assaré, A triste partida. In: *Cordeis e Outros Poemas*, Fortaleza: Edições UFC, 2006. Adaptado)

16. O tema do poema adaptado é

- (A) a dificuldade de se possuir uma família numerosa.
- (B) o modo de comercialização de animais pelos nordestinos.
- (C) a falta de simpatia dos paulistanos.
- (D) a migração de agricultores nordestinos por causa da seca.
- (E) a religiosidade do agricultor nordestino.

17. A solução encontrada pelo agricultor do poema para manter sua subsistência e da família foi
- dedicar-se à comercialização de animais.
 - buscar emprego na cidade grande.
 - aguardar a chegada da estação de chuvas.
 - comercializar minérios.
 - pedir empréstimo ao patrão.
18. A expressão **sem cobre** (verso 20) foi empregada em sentido figurado e refere-se à ausência de
- automóvel.
 - alimento.
 - força.
 - brilho.
 - dinheiro.
19. A expressão **sigo noutra trilha** (verso 12) significa que o pai de família
- procurou outras terras agrícolas para explorar.
 - desistiu de seguir na estrada para São Paulo.
 - resolveu buscar outra forma de sustento.
 - optou por outra trilha que o levasse a sua roça.
 - desistiu de buscar uma vida melhor.
20. A mensagem contida em – nós vamos a São Paulo/viver ou morrer (versos 17 e 18) – equivale à da expressão popular:
- antes tarde do que nunca
 - Deus ajuda a quem cedo madruga
 - quem não pode se sacode
 - vamos para o tudo ou nada
 - viva e deixe viver
21. Assinale a alternativa que contém uma afirmação que decorre diretamente do princípio da impessoalidade na Administração Pública.
- Os atos administrativos devem ser publicados a fim de que todas as pessoas possam deles tomar conhecimento.
 - Os atos praticados por uma pessoa que exerce uma função pública devem ser fundamentados na legislação vigente.
 - Durante o exercício de sua função, o funcionário público não pode decidir com base em seus interesses particulares.
 - Dentre duas ações a serem realizadas, o funcionário público deve escolher aquela que traga os maiores benefícios ao menor custo.
 - Durante o exercício de sua função, o funcionário público deve considerar as pessoas sempre como as mais importantes e principais “clientes” do serviço público.
22. Um senador apresenta um requerimento ao Ministério da Defesa, solicitando que o ministério divulgue, em seu Portal da Transparência, a lista dos voos realizados pela frota de aviões da Força Aérea Brasileira a pedido de autoridades públicas, em lista acompanhada do nome de todos os passageiros, custo e objetivo da viagem, solicitante do voo e o seu percurso. Esse requerimento está fundado, diretamente, no princípio da
- legalidade.
 - eficiência.
 - razoabilidade.
 - proporcionalidade.
 - publicidade.
23. Sobre a organização administrativa, é correto afirmar que uma Secretaria de Estado e uma autarquia podem ser classificadas, respectivamente, como integrantes da Administração Pública
- Direta e Indireta.
 - Indireta e Direta.
 - Direta e Direta.
 - Indireta e Indireta.
 - Indireta e Descentralizada.
24. Um funcionário público aplica uma multa a uma empresa por desrespeito a normas administrativas estaduais, entretanto, diversamente do que está previsto na lei, deixa de *indicar* no auto de infração dados da autuação exigidos em lei. Nesse caso, houve violação do seguinte *requisito* do ato administrativo:
- competência.
 - forma.
 - finalidade.
 - objeto.
 - motivo.

25. O poder judiciário anula um ato administrativo fundamentando-se no fato de que o funcionário público que o praticou não possuía a atribuição legal para fazê-lo. Nesse caso, a anulação do ato administrativo realizada pelo Poder Judiciário está fundada na violação do seguinte *requisito*:
- (A) objeto.
 - (B) forma.
 - (C) finalidade.
 - (D) competência.
 - (E) motivo.
26. A Administração Pública recebe de um representante de um conhecido jornal documentos que comprovam que um funcionário público recebia cerca de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês, ilegalmente, em razão do exercício de sua função. A notícia foi amplamente divulgada na televisão.
- Assinale a alternativa correta em relação à providência que pode ser adotada pela Administração Pública no tocante à apuração dos fatos noticiados.
- (A) A Administração Pública poderá determinar a demissão imediata do funcionário, independentemente da instauração de um processo administrativo, em virtude da documentação que comprova os fatos noticiados.
 - (B) A Administração Pública poderá instaurar processo demissório em desfavor do funcionário com base nos fatos noticiados na imprensa, independentemente de eventual instauração de processo judicial para apuração criminal dos fatos.
 - (C) A Administração Pública não poderá instaurar processo demissório em desfavor do funcionário antes da final apuração criminal dos fatos no âmbito do Poder Judiciário, a fim de que todos os direitos de defesa do funcionário sejam assegurados.
 - (D) A Administração Pública poderá determinar a demissão imediata do funcionário, independentemente da instauração de um processo administrativo, desde que informe detalhadamente ao funcionário público os motivos da sua demissão, permitindo que ele apresente sua defesa das acusações por meio de uma ação judicial que vise a sua reintegração ao cargo.
 - (E) A Administração Pública não poderá instaurar processo demissório em desfavor do funcionário público, tendo em vista que não são admissíveis no processo administrativo as provas divulgadas no âmbito da imprensa.
27. Um superior hierárquico recebe documentos que comprovam que um funcionário público está recebendo grande quantia em dinheiro para deixar de praticar os atos de ofício de sua esfera de ação. O superior hierárquico sabe que os documentos foram furtados, de modo ilícito, para serem a ele entregues. Diante de tal circunstância, o superior hierárquico
- (A) deverá, com base nos documentos apresentados, adotar providências para instauração de um processo administrativo para apuração dos fatos noticiados pela pessoa que subtraiu os documentos.
 - (B) deverá, com base nos documentos apresentados, adotar providências para instauração de um processo administrativo para apuração dos fatos sem que tais documentos sejam juntados aos autos do processo administrativo.
 - (C) deverá, com base nos documentos apresentados, adotar providências para instauração de um processo administrativo para apuração dos fatos noticiados pela pessoa que subtraiu os documentos, mas cientificar as autoridades policiais responsáveis acerca da subtração de tais documentos.
 - (D) só poderá instaurar o processo administrativo para apuração dos fatos com base nos documentos subtraídos da residência do funcionário e apresentados perante a administração pública se a subtração ocorreu durante o dia.
 - (E) não poderá instaurar o processo administrativo para apuração dos fatos com base nos documentos subtraídos da residência do funcionário e apresentados perante a administração pública.
28. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos direitos que compreendem o Acesso à Informação previstos na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- (A) Direito de obter informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
 - (B) Direito de obter as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (C) Direito ao acesso à parte sigilosa de documentos públicos por meio de certidão, extrato ou cópia.
 - (D) Direito de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, limitados aos casos em que estejam recolhidos a arquivos públicos.
 - (E) Direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, excetuado os casos em que esse vínculo já tenha cessado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

29. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao pedido de acesso à Informação, consoante o disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- (A) É facultado aos órgãos e entidades do poder público a viabilização de alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
 - (B) A informação solicitada não poderá ser fornecida em formato digital.
 - (C) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, sendo vedada a cobrança do custo dos serviços e dos materiais utilizados nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada.
 - (D) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - (E) Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 35 (trinta e cinco) dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
30. Em relação aos prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é correto afirmar que a informação classificada como
- (A) ultrassecreta poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 50 (cinquenta) anos.
 - (B) secreta poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 30 (trinta) anos.
 - (C) ultrassecreta poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.
 - (D) reservada poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 15 (quinze) anos.
 - (E) reservada poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 10 (dez) anos.
31. Segundo estabelece o artigo 187 da Constituição Federal, a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, levando-se em conta, especialmente,
- (A) o incentivo à pesquisa e à participação dos trabalhadores rurais nas questões afetas à agricultura familiar.
 - (B) o seguro agrícola.
 - (C) a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis.
 - (D) os instrumentos parafiscais.
 - (E) a colaboração das partes envolvidas.
32. O Conselho de Desenvolvimento Rural, criado pelo Estado, com o objetivo de propor diretrizes à sua política agrícola, prevê a participação de representantes da comunidade, dentre outras,
- (A) indígena.
 - (B) do desenvolvimento sustentável rural.
 - (C) agrônômica.
 - (D) ecológica.
 - (E) integrada pelos entes privados rurais locais.
33. Caberá ao Estado, com a cooperação dos Municípios, criar
- (A) o sistema de proteção de mananciais situados em área de preservação permanente.
 - (B) os programas voltados ao abastecimento de água domiciliar.
 - (C) os centros de pesquisas para o estudo da viabilidade da fabricação de produtos de origem animal e vegetal em área rural.
 - (D) o sistema de inspeção e fiscalização de insumos agropecuários.
 - (E) os programas setoriais para custeio de pesquisas agrônômicas.
34. À Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva – ITESP, para consecução de suas finalidades, caberá
- (A) solucionar questões agrárias.
 - (B) participar, com exclusividade, da execução das políticas agrária e fundiária.
 - (C) prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados.
 - (D) promover a regularização fundiária em terras devolutas, com autorização da Assembleia Legislativa e 2/3 dos Conselhos criados pelas organizações governamentais.
 - (E) mediar conflitos fundiários do entorno rural.

35. Acerca do controle contábil da gestão financeira e orçamentária do Estado de São Paulo, determina a lei que nenhum pagamento de despesa orçamentária poderá ser processado sem a comprovação da prévia escrituração da despesa pelos órgãos contábeis. Referida proibição, contudo, não se aplica aos Fundos Especiais e às despesas a serem efetuadas à conta de créditos extraordinários, cujo processamento será disciplinado através de ato do
- (A) Poder Executivo.
 - (B) Poder Legislativo.
 - (C) Poder Judiciário.
 - (D) Tribunal de Contas.
 - (E) Ministério Público.
36. As despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro de cada ano financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas, são consideradas, segundo disposição expressa da lei, como
- (A) créditos suplementares.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) déficits adicionais.
 - (D) déficits extraordinários.
 - (E) despesas extraordinárias.
37. No Estado de São Paulo, a distribuição das dotações das Unidades Orçamentárias para as Unidades de Despesa será efetuada através de
- (A) lei ordinária da Assembleia Legislativa.
 - (B) lei complementar da Assembleia Legislativa.
 - (C) decreto legislativo do Governador.
 - (D) resolução dos Secretários de Estado.
 - (E) medida provisória dos Secretários da Fazenda.
38. Assinale a alternativa que corretamente dispõe sobre uma das atribuições dos Órgãos Setoriais em relação à Administração Financeira.
- (A) Coordenar a apresentação das propostas orçamentárias, com base naquelas elaboradas pelas Unidades de Despesa.
 - (B) Analisar as propostas orçamentárias elaboradas pelas Unidades de Despesa.
 - (C) Elaborar a programação financeira das Unidades Orçamentárias.
 - (D) Processar a distribuição das dotações das Unidades Orçamentárias para as de despesa.
 - (E) Orientar os Órgãos Subsetoriais de forma a permitir a apuração de custos.
39. Considerando-se as disposições legais sobre a receita pública, é correto afirmar que os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato são objeto de
- (A) anotação.
 - (B) registro específico.
 - (C) registro genérico.
 - (D) lançamento.
 - (E) averbação.
40. De acordo com disposição expressa da lei, o recolhimento de todas as receitas, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais, será feito com estrita observância do princípio de
- (A) unidade da contabilidade.
 - (B) universalidade da tesouraria.
 - (C) unidade de tesouraria.
 - (D) universalidade de rendas.
 - (E) unidade de rendas.
41. A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da
- (A) competência.
 - (B) concorrência.
 - (C) livre iniciativa.
 - (D) unidade.
 - (E) uniformidade.
42. O despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga corresponde, nos termos da lei, ao conceito de
- (A) determinação de empenho.
 - (B) nota de empenho.
 - (C) liquidação.
 - (D) determinação de liquidação.
 - (E) ordem de pagamento.
43. No Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), as contas estão separadas em sistemas de contas independentes para facilitar a elaboração dos balanços e demonstrativos. Nessa sistemática adotada, o sistema relacionado com as entradas e saídas de recursos, ou seja, recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extraorçamentária, denomina-se
- (A) patrimonial.
 - (B) orçamentário.
 - (C) financeiro.
 - (D) compensatório.
 - (E) registral.

44. “Consiste em cada uma das Unidades do Órgão, para qual a Lei orçamentária consigna dotações orçamentárias específicas”. De acordo com os termos e conceitos utilizados pelo SIAFEM, a definição corresponde ao conceito de Unidade
- (A) Gestora Financeira.
 - (B) Gestora Orçamentária.
 - (C) Gestora de Fundos Especiais.
 - (D) Orçamentária.
 - (E) Diretiva.
45. De acordo com as regras estabelecidas pelo SIAFEM, quando destinado a atender despesas contratuais, e outras sujeitas a parcelamento, cujo montante exato pode ser determinado, a exemplo da despesa com locação de imóvel, o empenho denomina-se
- (A) simples.
 - (B) global.
 - (C) por estimativa.
 - (D) complexo.
 - (E) composto.
46. Considerando-se os documentos do SIAFEM, aquele a ser utilizado pelo sistema para incluir novos créditos orçamentários, abertos por Decretos, é denominado de Nota de
- (A) Dotação (ND).
 - (B) Crédito (NC).
 - (C) Lançamento (NL).
 - (D) Reserva (NR).
 - (E) Inclusão (NI).
47. No SIAFEM, o _____ compreende as disponibilidade de numerário, os recursos a receber, as antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da frase.
- (A) ativo circulante
 - (B) ativo realizável a longo prazo
 - (C) ativo permanente
 - (D) passivo circulante
 - (E) patrimônio líquido
48. Orientar a elaboração de lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações na legislação tributária, além de outros assuntos que lhes são próprios, é matéria que compete à
- (A) Lei do Plano Plurianual.
 - (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) Lei Geral do Orçamento Público.
 - (D) Lei de Finanças Públicas.
 - (E) Lei Econômica Pública.
49. “É aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação”. O conceito descrito, nos termos da lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, corresponde ao regime de
- (A) estimativa.
 - (B) prorrogação.
 - (C) adiantamento.
 - (D) anotação prévia.
 - (E) confiança.
50. Assinale a alternativa correta.
- (A) Em certos casos, é permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
 - (B) Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
 - (C) O empenho consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
 - (D) É vedado o empenho por estimativa da despesa cujo montante não se possa determinar.
 - (E) A liquidação é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

